

DOIS CONGRESSOS INTERNACIONAIS DE LINGÜÍSTICA *

Lúcia Lobato

De 21 a 26 de agosto de 1972, realizou-se em Copenhague, com a participação de mais de seiscentos congressistas e com cerca de 260 comunicações anunciadas, o *Terceiro Congresso Internacional de Lingüística Aplicada*, presidido pelo eminente lingüísta sueco Bertil MALMBERG e organizado pela Associação Dinamarquesa de Lingüística Aplicada (ADLA), secundada pelas Associações Escandinavas de Lingüística Aplicada (AScLA).

As sessões, plenárias ou de grupo, desenrolaram-se, durante as manhãs e as tardes, dentro de uma repartição estabelecida por assuntos: (I) *fundamentos*: (1) lingüística aplicada, (2) lingüística quantitativa, (3) lingüística contrastiva, (4) aplicação de modelos gramaticais, (5) a sintaxe da língua falada, (6) fonética aplicada, inclusive relações entre língua falada e escrita, (7) língua para objetivos especiais, (8) lexicografia, inclusive terminologia, (9) tradução; (II) *tecnologia educacional*: (1) pesquisas curriculares, (2) testes e aplicação de testes, (3) estratégia de ensino de língua, (4) critérios para a escolha de testes no ensino de língua; (5) instrução programada, inclusive material de estudo autodidático, (6) material de ensino de língua moderna, (7) ensino de língua moderna para adultos, (8) treinamento de professores de língua; (III) *língua na sociedade, a língua e o indivíduo*: (1) psicolingüística e ensino e aprendizagem de língua, (2) linguagem infantil como primeira ou segunda língua, (3) bilingüismo, (4) sociolingüística e ensino de língua, inclusive língua e cultura, (5) relações entre teoria da comunicação e

(*) Expressamos aqui nosso agradecimento ao Prof. A. C. QUICOLI, que teve a gentileza e a paciência de ler o original deste artigo, apresentando-nos várias observações. Devemos a ele, por exemplo, os três paralelos com a Física apresentados no texto.

ensino de língua, (6) problemas de linguagem e ensino de língua para deficientes físicos ou psicológicos e (7) planejamento lingüístico. Houve, como era de se esperar, predominância relativa de trabalhos contrastivos, como bem o mostra o número de comunicações anunciadas: 37 comunicações na sessão de *lingüística contrastiva*, 25 na de *sociolingüística e ensino de língua, inclusive língua e cultura*, 22 na de *estratégia para o ensino de língua*, 20 na de *fonética aplicada, inclusive relações entre língua escrita e falada*, 13 na de *testes e aplicação de testes*, 12 na de *psicolingüística e ensino e aprendizagem de língua*, 11 na de *linguagem infantil*, 10 na de *material de ensino de língua moderna e de aplicação de modelos gramaticais*, 9 nas de *lexicografia, inclusive terminologia*, de *tradução*, de *ensino de língua moderna para adultos e de problemas de linguagem e ensino de língua para deficientes físicos ou psicológicos*, 8 nas de *língua para objetivos especiais e de bilingüismo*, 7 nas de *pesquisas curriculares e de critérios para a escolha de testes no ensino de línguas*, 6 nas de *lingüística quantitativa, de instrução programada, inclusive material de estudo autodidático*, 5 nas de *treinamento de professores de língua e de lingüística aplicada*, 4 na de *sintaxe da língua falada* e, finalmente, 3 na de *planejamento lingüístico*.

Pode-se depreender, de um Congresso de tal importância, as tendências gerais da pesquisa em Lingüística Aplicada nos diferentes países representados. Infelizmente, seria evidentemente impossível, num curto artigo, dar uma visão geral de todas as preocupações que marcaram as diferentes reuniões. Limitar-nos-emos, portanto, a uma breve apresentação dos pontos em comum entre os diferentes trabalhos do grupo de *lingüística contrastiva*, por ter sido essa a sessão que recebeu o maior número de comunicações, assim como do de *aplicação de modelos gramaticais*, que nos parece de interesse geral para os estudiosos brasileiros, detendo-nos em seguida com mais vagar no exame de algumas conferências anunciadas, escolhidas dentro de diferentes sessões, o que não quer dizer que não tenha havido outras, igualmente ricas e interessantes, que mereceriam também aqui um lugar de destaque.

A primeira constatação a ser feita a partir da interseção de diversas conferências do setor da lingüística contrastiva é positiva, consistindo na aceitação geral de que, apesar das limitações das atuais teorias lingüísticas e da falta de conhecimento que se tem sobre o processo da aprendizagem, deve-se continuar a contrastar línguas, a estudar a natureza das interferências, a aplicar os resultados à pedagogia da língua es-

trangeira, chegando-se a afirmar que a lingüística contrastiva tem ainda um outro grande papel a desempenhar, já que, em muitos casos, é uma condição *sine qua non* para a descrição de línguas particulares.

Por outro lado, assistiu-se a um abandono da visão simplista da lingüística contrastiva como tratado da comparação de duas ou mais línguas com o objetivo de determinar os seus pontos comuns e divergentes e com fundamento na enfatização das interferências da língua materna (L1) como fonte de erros. Sem que se tenha considerado a exclusão do estudo da interferência da língua mãe na aprendizagem de uma nova língua (L2), ressaltou-se a necessidade de se levar em conta outros tipos de interferência, como o de partes já adquiridas da própria L2 sobre a aprendizagem de outras, causada pelo fenômeno da excessiva generalização, assim como o de tipos não-lingüísticos.

Concordou-se também com o fato de que o estudo das interferências entre duas línguas em contacto numa situação de aprendizagem não se pode limitar a uma análise teórica, por mais completa que seja, devendo estar sempre combinado à análise de erros. Um inventário sistemático e hierárquico dos erros realizados por locutores representativos do grupo é, conseqüentemente, etapa que deve preceder a preparação do material de ensino. Desse modo, não só os problemas ou dificuldades potenciais de aprendizagem terão sido descobertos, mas também a intensidade da dificuldade e extensão do problema. Quanto ao lugar a ser ocupado pela análise de erros em relação à análise contrastiva, há divergências, propondo M.C. GATTO, da Argentina, que se conceda "une place secondaire à l'analyse des fautes par rapport à l'analyse contrastive et cela pour les deux raisons qui suivent: Premièrement parce que nous sommes convaincus, contrairement à d'autres linguistes, que de nombreuses fautes, apparemment dues à des interférences intra-langue, sont expliquables à un niveau d'analyse plus profond, en termes d'interférence de la L1. Deuxièmement parce que l'analyse des fautes ne peut jamais rendre compte de toutes les erreurs possibles mais seulement de quelques erreurs actuelles. Comme celles-ci dépendent dans une large mesure de facteurs autres que purement linguistiques et tout particulièrement de la stratégie d'enseignement, déterminée à son tour par le degré où le professeur de langue est averti, plus au moins consciemment, des différences entre les deux langues, il ressort à nouveau que c'est l'analyse contrastive que l'on doit prendre comme point de départ."

(GATTO, M.C. "Une étude contrastive du français et de l'espagnol et ses implications pour l'enseignement du français langue étrangère" — *Congress Abstracts*. Copenhague, Erhvervsøkonomisk Forlag S/I, 1972, p. 69). Mas, o que é importante é o fato de todos estarem de acordo quanto à necessidade tanto de uma análise contrastiva quanto de uma análise de erros.

Foram vários os estudos contrastivos, em curso atualmente em diferentes países, cujos resultados, finais ou parciais, foram objeto de comunicação. Um deles foi o *Projeto de Análise Contrastiva Rumeno-Inglês*, da Universidade de Bucareste, que desenvolve agora sua última etapa de trabalho, depois de dois anos de pesquisa. Partindo do ponto de vista de que o estudante é o ponto de encontro dos dois sistemas lingüísticos L1 e L2, os membros do *Projeto* realizaram investigações, envolvendo grande número de alunos, de diferentes graus de competência, as quais levaram a uma análise de erros e a uma *sistematização hierárquica dos erros* realizados pelos alunos rumenos estudantes de inglês observados. Os dois outros pontos enfatizados na comunicação foram a pesquisa *acústico-experimental*, levada a efeito no *Laboratório do Centro de Fonética da Academia Rumena de Ciências*, e a sobre o *vocabulário contrastivo inglês-rumeno*, aspecto geralmente, e infelizmente, esquecido nas análises comparadas, tendo sido também abordado o nível gramatical.

Tatiana SLAMA-CAZACU e G. DOCA, da Universidade de Bucareste, estão empreendendo uma pesquisa, não de todo desligada do projeto acima. O objetivo de SLAMA-CAZACU é mostrar as deficiências de um estudo comparativo exclusivamente lingüístico e as vantagens de se ter, ao lado da análise lingüística, um estudo psicolingüístico que leve em conta a L1 e a L2 — ponto de vista da autora, posto em prática também pelo *Projeto* rumeno —, e que considere as conseqüências psicolingüísticas desse processo. Essa análise, denominada *análise de contacto*, deve proceder ao estudo das seguintes etapas: "1) *Investigation of the whole process of a TL [Target Language] acquisition*, hence establishing an *acquisition corpus* (AcqC); 2) *Collection of facts*: a) through systematical observation and experimental investigation, b) regarding both emission and reception and c) in various stages of acquisition; 3) *Selection*, from the *AcqC*, of the relevant facts for predicting difficulties in acquisition and hence for improving the learning process, therefore selection of distortions (interpreted as "errors"): we consequently proposed to establish an

aberrant corpus (AberC) on scientific methodological basis — by no means empirical — that were mentioned in 1) and elaborated through the objective means to be mentioned below; 4) *Systematization* — through statistical processing of the relevant items in the *AberC* — of the distortions, according to the rank given by their frequency in that situation (i.e. the acquisition of a certain *TL* on the background of a certain *BL* [Base Language]), in various stages of learning and, subsequently, their statistic average — i.e. establishing the *hierarchical system of errors* (*HSE*) for the situation when a certain *TL* meets a certain *BL* (SLAMA-CAZACU, T. “The concepts of “aberrant corpus” and “hierarchical system of errors” in contrastive analysis” — *Congress Abstracts*, p. 183). Essa análise de contacto é aplicada tanto a rumenos que aprendem uma língua estrangeira (aplicação feita no quadro do *Projeto de Análise Contrastiva Rumeno-Inglês*) quanto a estrangeiros de diferentes línguas que aprendem o rumeno (aplicação feita durante os Cursos de Verão da Universidade de Bucareste, em que 141 pessoas são divididas segundo 3 níveis diferentes). Nesta parte da pesquisa em que trabalhou pessoalmente, SLAMA-CAZACU encontrou dois tipos de erros: os *erros típicos*, isto é, caracterizadores de estudantes de uma língua determinada e os *erros gerais*, cometidos por todos os estudantes, em princípio, sendo alguns deles causados por particularidades da L1 e outros pertencendo aos “universais da aprendizagem”.

O *Projeto Contrastivo Iugoslavo*, ligado ao Instituto de Linguística de Zagrebe, tem como maior preocupação a preparação de material pedagógico, resultante de análise contrastiva e de análise de erros aliadas à experiência pessoal dos analistas, que tinham sido todos professores de inglês para rumenos. Os resultados obtidos, nos dois tipos de análise, foram testados em várias escolas em diferentes níveis.

Os participantes da pesquisa começada há dois anos no *Instituto de Linguística Aplicada*, da Universidade de Groningen, na Holanda, mas ainda não em etapa final, têm objetivos mais simples mas bem precisos: “(1) Recolher, para o francês e para o nível indicado [nível superior na Holanda] o maior número de erros possível, com o objetivo de obter um ‘tesouro’ das dificuldades que encontra o estudante de francês na Holanda. No momento atual, alguns 25.000 erros diferentes foram recolhidos. (2) Fazer, para uma população mais reduzida, mas escolhida no nível indicado e sempre unicamente para o francês, um levantamento de erros nos três tipos de produção linguística (tradução escrita, produção livre tanto escrita quan-

to oral), a fim de comparar o tipo de erros feitos nas três produções, para os indivíduos e para a população inteira. Trata-se de uma produção de aproximadamente três vezes dez mil palavras por indivíduo". (MENTING, J. P. "Analyse de fautes dans l'enseignement au niveau supérieur en Hollande" — *Congress Abstracts*, p. 129).

Também a América do Sul se encontra empenhada em projetos de elaboração de métodos de ensino de língua estrangeira, o que acontece com a Argentina, cujo *Ministério da Educação* patrocina a preparação de um método de ensino do francês aos falantes nativos do espanhol, especialmente aos argentinos matriculados em escolas secundárias. Essa pesquisa se desenvolve em duas etapas: (1) a fase da descrição comparada das duas línguas, compreendendo uma análise das dificuldades potenciais na aprendizagem; (2) a fase de aplicação de testes, a diferentes níveis de aprendizagem, para verificação e complementação da fase anterior, com o objetivo principal de dar conta das interferências inter e intra-estruturais.

Além dessas pesquisas, há outras de menor vulto sendo realizadas ou propostas. E. DINSEN, no *Instituto de Lingüística-Matemática e Aplicada* de Copenhague, analisa os erros de pronúncia do francês cometidos pelos dinamarqueses após três anos de estudo da língua no secundário, sendo pois a análise limitada ao processo de aquisição dos mecanismos fonéticos. J. B. WAIMSLEY, do setor de Bielefeld, da *Escola Superior de Pedagogia de Vestefália — Lippe*, a partir da análise de erros de sete falantes nativos do Cantonês, entre 9 e 15 anos, estudantes de alemão, propõe a inclusão da Análise de Erros dentro do quadro da neurolingüística.

Passemos agora a tratar da sessão de *Aplicação de Modelos Gramaticais* cuja constante foi a afirmação de que não se dispõe, no momento atual, de nenhum modelo gramatical capaz de satisfazer a todas as necessidades da lingüística aplicada e a constatação da inadequação de qualquer dos modelos existentes no que concerne à aplicação ao ensino de línguas. Essa atitude atual em relação à lingüística teórica contrasta evidentemente com a que reinava até cerca de 10 anos atrás, desde a gramática tradicional (JESPERSEN — *How to Teach a Foreign Language*. Londres, Allen e Unwin, 1940) até o estruturalismo (BLOOMFIELD — *Language* New York, Henry Holt, 1933; *Outline Guide for the Practical Study of Foreign Languages*. Baltimore Linguistic Society of América, 1942; FRIES, C. C. *Teaching and Learning English as a Foreign*

Language. Ann Arbor, University of Michigan Press, 1948, e outros), estando sua origem ligada ao advento da teoria transformacional, que rejeita os princípios bloomfieldianos da aprendizagem e cujo líder, N. Chomsky, deu a entender (“Linguistic Theory”. In R. G. Mead, Jr. (ed). *Language Teaching Broader Contents*. Northeast Conference Reports, 1966) que a lingüística teórica, em seu estado estruturalista, nada tinha a dar ao ensino de línguas. Houve realmente uma mudança fundamental nos princípios da teoria lingüística, a partir da aceitação da gramática gerativa. Os bloomfieldianos consideravam a aprendizagem como a aquisição de novos hábitos, sobretudo orais, e de um controle de novas unidades fonológicas e de novas estruturas. Os chomskianos recusam esse princípio mecanicista e, enfatizando o aspecto criador da linguagem, consideram a aprendizagem de uma língua como a aquisição de um novo meio de criar e não como um processo de formação de hábitos. Aqueles limitavam a leitura do sentido de uma oração à forma física produzida pelo falante, enquanto que estes levam em conta as informações trazidas pelas relações gramaticais traduzidas na oração (relações entre funções — sujeito, objeto, etc. que só podem ser assumidas por membros de determinada categoria como, por exemplo, dos substantivos animados, dos substantivos não-humanos, etc.) e pelas restrições de coocorrência entre essas categorias, e os itens lexicais que representam essas categorias em dada língua, informações estas que são fornecidas na *estrutura profunda* da língua.

A própria contribuição da teoria transformacional, no entanto, foi grandemente contestada, tendo E. ROULET, da Universidade de Neuchâtel, na Suíça, entre outros, deplorado a inexistência de uma teoria gramatical do *emprego* da língua. Todas as correntes lingüísticas, de Saussure a Chomsky, são incapazes de fornecer ao estudante os meios de (1) aprender a “produzir e utilizar os enunciados apropriados a uma certa situação de comunicação, em função dos objetivos visados, do ambiente, do *status* dos interlocutores, do tema da conversa e do canal de transmissão utilizado, para não citar senão os fatores mais importantes.” (E. ROULET, “Vers une grammaire de l’emploi et de l’apprentissage de la langue”, mimeografado, p. 1-2); (2) aprender a levar em consideração as funções da linguagem além da função referencial: função expressiva ou emotiva, função conativa, função fática; e (3) aprender a dominar os diferentes subcódigos que formam o sistema da língua, que nunca é pura e homogênea. Essa insuficiência é devida ao fato de todas as teorias existentes não se preocuparem senão com o *sistema* da língua, ou *competência*,

segundo se trate da dicotomia dos gerativistas descuidando o uso que dele fazem os falantes, de se aterem com exclusividade à função referencial da linguagem, negligenciando as demais e de deixarem de lado as unidades superiores à frase, tais como o texto e o diálogo. Deve-se no entanto, acrescentar que todas as teorias reconhecem explicitamente essa limitação. Todos concordam com o fato de que a teoria do desempenho (ou performance) é mais complexa e *inclui* uma teoria da competência. Contra essa crítica, pode-se argumentar com um paralelo com a Física, que tampouco chegou a uma explicação de todo o universo.

Houve, no entanto, tentativas de aplicação ao ensino de teorias elaboradas dentro do quadro formal da teoria transformacional, como a que, seguindo a linha dos trabalhos semânticos levados a efeito por ANDERSON, CHAFE (que não é transformacionalista), FILLMORE, LEECH e outros, foi brilhantemente apresentada por C. W. KREIDLER, da Universidade de Georgetown. Não seguindo o modelo clássico da gramática gerativo-transformacional, os lingüistas acima consideram que a informação semântica ocupa o lugar de base na estrutura profunda, derivando dela a forma sintática e sendo o elemento central da oração o *verbo*. A partir do sentido do verbo, é possível determinar as funções dos sintagmas nominais susceptíveis de ocorrerem na oração como sujeito ou complemento dele, as quais são chamadas *casos*. Os grupos de verbos integrantes de um mesmo campo semântico teriam o mesmo número de sintagmas nominais a eles ligados, com as mesmas funções: verbos de percepção com dois, verbos de movimento com um, etc. A indicação do(s) caso(s) ligado(s) a determinado verbo, com especificação de seu caráter opcional ou obrigatório, constaria do dicionário. Regras gramaticais esclareceriam quais as funções representadas superficialmente.

Os verbos seriam ainda classificados, de acordo com a divisão de CHAFE (*Meaning and the Structure of Language*. University of Chicago Press, 1970), em quatro tipos, segundo seus próprios traços semânticos: ação, estado, processo e ação-processo. “Um verbo de ação expressa uma atividade, algo que alguém faz. Exemplos: *sing, laugh, weep*. Um verbo de estado expressa um estado ou condição em que alguém ou algo está. São exemplos ingleses *know, like, own*, e também *be broken, be dead, be in, be on*. Um verbo de processo expressa uma mudança de estado ou condição que alguma coisa sofre, um acontecimento que não é uma atividade. Exemplos: *see, find, break, die*. Um verbo de ação-processo simultaneamente expressa uma

ação e um processo, uma atividade da parte de um indivíduo que causa a mudança de estado ou condição para outro. Exemplos: *show, give, break, kill.*" (KREIDLER, C. W. "Case grammar and language teaching". Mimeografado, p. 18). O mesmo verbo, se tem diferenças de caso, pode pertencer a mais de um tipo: *split* entra no grupo dos verbos de processo (*The log split*) e no dos de ação-processo (*John split the log*). Verbos correlatos, de diferentes tipos, podem ter casos iguais: *know* e *learn*, por exemplo, pertencem, respectivamente, ao grupo dos verbos de estado e de processo, mas estando a eles ligados os mesmos casos — *Experienter* e *Paciente*. Poder-se-ia determinar a semelhança ou diferença entre dois ou mais verbos a partir de sua participação de um mesmo ou de diferentes tipos, do fato de serem os mesmos ou diferentes os casos a eles associados e, finalmente, pelo fato de se superficializarem semelhantemente ou de diferente maneiras.

Por fim, à análise dos *casos* da estrutura profunda e dos traços semânticos dos verbos, seria acrescentado um estudo dos traços ligados aos substantivos formadores dos sintagmas nominais.

No entanto, não pretendeu o autor afirmar que a teoria dos casos, mesmo relacionada com outras classificações de verbos, tenha aplicação direta nas atividades didáticas ou no ensino de língua em geral. Quis ele unicamente mostrar que um tratamento gramatical, como foi proposto, depois de maiores pesquisas, pode dar "uma importante contribuição para o ensino de línguas" (id. p. 20), sobretudo para a preparação de dicionário e de gramática de referência para o professor e o aluno em nível avançado, e, menos evidentemente, nas classes intermediárias e elementares.

Não há dúvida de que é tentadora uma aplicação da Gramática dos Casos de Fillmore (Fillmore, C. J. "The case for case". In E. Bach e R. T. Harms eds). *Universals in Linguistic Theory*. New York, Holt, Rinehart e Winston, 1968, p. 1-88.), tal qual ou acrescentada de outras contribuições, na comparação de línguas, a fim de se determinar como as diferentes línguas superficializam as funções casuais dos sintagmas nominais de seu nível profundo, e era previsível um certo número de comunicações a respeito.

Uma outra dedicada ao assunto foi a de C. KESSLER, também da *Universidade de Georgetown*, que usou o tema para comparação de estruturas similares do inglês e do italiano,

com o objetivo maior da “compreensão da sinonímia inter-línguas em crianças bilíngües”.

Outras conferências que gostaríamos de destacar aqui foram as de A. M. LOFFLER, das *Universidades de Paris VIII e de Reims*, sobre “A ênfase nas manchetes de jornais”, e a de J. de ROOIJ, do *Instituto de Dialectologia de Amsterdam*, sobre “Os auxiliares *hebben* (to have) e *zijn* (to be) do holandês falado”. Aquela, na sessão de *Língua para objetivos especiais*, tanto atraiu o interesse dos assistentes que a discussão se prolongou por mais uma hora em outra sala do local de realização do Congresso. Esta, foi das poucas da sessão de *Sintaxe da língua falada* e a única ligada à dialectologia.

LOFFLER, com o objetivo de determinar os traços característicos das manchetes do jornal *La Razón*, de Buenos Aires, tomou como ponto de partida o quadro das categorias semântico-sintáticas de B. POTTIER e, depois de descrever sintática e semanticamente alguns tipos de enunciados-títulos e de estudar as relações entre eles e os textos correspondentes, chegou à identificação das três noções privilegiadas no uso da língua nas manchetes de jornal: as *restrições* (limitação dos meios lexicais e morfo-sintáticos e limitação da combinatória lexical), as *transferências* (entre enunciado “normal” e enunciado de manchete) e *equilíbrio* (de um lado, compensação, nos títulos, entre elementos marcados e não marcados sob o ponto de vista semântico e, do outro, o fato de o título informar fornecendo um dado acompanhado de não-precisão, para atrair); e ao estabelecimento de duas funções dos títulos: a *função objetiva* de apresentar o fato a ser tratado no texto ou de resumilo e a *função subjetiva* de atrair a atenção do leitor.

Já num campo de estudo totalmente diferente, De ROOIJ partiu do emprego, segundo as gramáticas clássicas do holandês, dos dois verbos formadores do passado, para uma comparação com seu uso por 900 holandeses e belgas do Norte, tendo os dados do estudo sido obtidos através de gravações e sobretudo questionários. Estes consistiram em 19 frases a serem “traduzidas” do holandês standard para o próprio dialeto do informante, levando em conta vários fatores de variação lingüística. Obteve-se assim uma extensão do emprego de cada um dos auxiliares, isto é, com que verbos principais ou em que tipos de oração são eles empregados e uma distribuição geográfica do fenômeno. Quanto à relação de seu uso com a idade, o sexo e o *status* social do falante, o único fato observado foi o de que o grau de conservadorismo revelou-se maior com relação às mulheres belgas do que aos homens, fato que não

se processou na Holanda, não apresentando os dois outros fatores de variação traços particulares.

Como contribuição brasileira, tivemos uma única conferência anunciada, a de B. F. HEAD, sobre "The terms of contrastive phonology: phonemes or features". À análise contrastiva tradicional, caracterizada por sua tendência fonêmica, com ênfase dada à comparação dos fonemas e alofones das línguas em estudo, propôs o Prof. HEAD que se substituísse uma outra utilizando os princípios da teoria dos traços distintivos e as técnicas da fonologia gerativa, tendo em vista as limitações de uma análise estritamente fonológica do tipo tradicional. Esta comunicação seguiu, portanto, a linha dos trabalhos gerativistas que, como se sabe, colocaram em questão vários conceitos fundamentais de lingüística estruturalista, inclusive o *status* do próprio conceito de *fonema*.

Enfim, para encerrarmos esta revista do *Terceiro Congresso de Lingüística Aplicada*, esquematizaremos, sem pretensões a sermos exaustivos, algumas idéias gerais, tiradas do conjunto das comunicações e discussões ligadas ao ensino de línguas: (1) pelo temário e pelo número de comunicações apresentadas em cada sessão, conclui-se que a preocupação central da lingüística aplicada é sem dúvida alguma a pedagogia das línguas; (2) foram colocadas em evidência, em princípio por todos os participantes do Congresso, as deficiências das teorias gramaticais correntes no que concerne sua aplicação ao ensino; (3) insistiu-se sobre a necessidade de se introduzir uma gramática do emprego da língua, levando em conta fatores sociolingüísticos via de regra descurados e de se estender a análise além do nível da frase, a fim de se chegar ao nível da combinação das frases, onde se faria uma gramática do texto, e não da frase, partindo-se daí para uma gramática do discurso, onde se teriam as regras do emprego das frases nos atos de comunicação; (4) concordou-se sobre o fato de que a aprendizagem não consiste numa estocagem de modelos adquiridos pela prática e pelo hábito, mas sim na aquisição de outra atividade criadora. Ela representa "uma descoberta ou uma reconstituição progressiva das regras e das estruturas da língua pelas inferências indutivas ou dedutivas guiadas de um lado pelo conhecimento de universais lingüísticos inatos e, de outro, pela observação de amostras da segunda língua" (E. ROULET, "Vers une grammaire de l'emploi et de l'apprentissage de la langue". Mimeografado, p. 8); (5) os erros não constituem razão para se penalizar o aluno, mas meio de se detectar as dificuldades e de se medir o campo de aplicação de dada regra;

(6) a aquisição da competência lingüística não deve necessariamente preceder a competência de comunicação, isto é, a capacidade de produzir frases apropriadas a uma situação de comunicação. O aluno deve portanto ser estimulado a falar, mesmo com erros, a fim de que comunique livremente e de que o professor possa corrigir as falhas encontradas; (7) os exercícios devem visar à competência de comunicação e não à aquisição de modelos gramaticais; (8) deve-se levar em conta que as interferências podem ser não só externas (da língua materna) como também internas (da própria língua que se está estudando).

Logo após o Congresso em Copenhague realizou-se em Bolonha, de 28 de agosto a 2 de setembro, contando com cerca de 950 participantes e de 280 comunicações, o *Décimo-primeiro Congresso Internacional dos Lingüistas*, presidido pelo Prof. Giacomo Devoto, da Universidade de Florença, e organizado sob os auspícios do *Comité Internacional Permanente dos Lingüistas* (CIPL). O temário, desta vez, versou sobre (1) história da lingüística, (2) glossemática, (3) tagmêmica, (4) gramática estratificacional, (5) lingüística antropológica, (6) psicolingüística, (7) sociolingüística, (8) lingüística histórica, (9) tipologia lingüística, (10) reconstrução de palavras e culturas, (11) gramática gerativa, (12) o que é estrutura profunda, (13) ordem das regras, (14) teoria da sintaxe, (15) aspectos da análise lingüística, (16) sintaxe diacrônica, (17) estruturas e funções morfológicas, (18) fonêmica autônoma ou sistemática, (19) teoria fonológica, (20) semântica, (21) linguagem e significação, (22) categorias lingüísticas, (23) estrutura da frase e (24) *varia*, tendo as sessões plenárias sido dedicadas aos problemas dos universais lingüísticos, da fonologia gerativa, dos traços semânticos e da sociolingüística e mudanças lingüísticas. Todos esses temas constituem precepções teóricas contemporâneas, se bem que não se possa colocar no mesmo nível, quanto ao número de adeptos, por exemplo, de um lado a glossemática, ou a gramática estratificacional, ou mesmo a tagmêmica, e, de outro, a gramática transformacional. O último dia do encontro, transcorrido em Florença, foi reservado à sessão plenária sobre sistema gramatical e sistema jurídico (relação que causou espanto aos participantes), assim como a uma apreciação dos resultados do Congresso.

Já que, como frisamos, num curto artigo, as omissões são inevitáveis, procuraremos aqui unicamente, de um lado, ressaltar algumas das conclusões que se depreendem do total das reuniões, e, de outro, abordar mais detalhadamente, se bem que ainda sumariamente, alguns dos temas que maior interesse des-

pertaram. Deixaremos, portanto, de mencionar, por exclusiva impossibilidade material, muitos trabalhos de relevo.

Cabe destacar, em primeiro lugar, o papel que vem desempenhando a semântica dentro das preocupações atuais dos lingüistas. Deixou ela de ser a prima pobre para ser uma das grandes preocupações da lingüística, sendo estudada por correntes estruturalistas semanticistas, por lógicos interessados na formalização das línguas naturais e ainda por adeptos da teoria gerativo-transformacional, sobretudo os de tendências particulares em relação à teoria clássica ou à teoria clássica estendida, como os da semântica gerativa, da gramática dos casos etc. Do próprio temário pode-se deduzir essa convergência de interesses: os grupos de *semântica*, em que tiveram predominância os estruturalistas, *de lingua e significação*, em que expuseram os lógicos, *de o que é estrutura profunda*, no âmbito da teoria transformacional, e ainda as sessões plenárias sobre *traços semânticos e universais lingüísticos* (essa só em parte) poderiam ter sido recobertos pela mesma etiqueta: *semântica*.

Quanto à teoria gramatical predominante, não há dúvida de que foi, em termos relativos, a teoria gerativo-transformacional, que reuniu totalmente os grupos de *gramática gerativa, fonologia gerativa, o que é estrutura profunda, ordem das regras*, e, parcialmente, os grupos de *semântica, categorias lingüísticas, linguagem e significação, histórica da lingüística, teorias de sintaxe, sintaxe diacrônica, fonêmica autônoma ou sistemática, lingüística histórica, aspectos da análise lingüística, lingüística tipológica, lingüística antropológica, varia, tagmêmica, glossemática e psicolingüística*.

Outro fato a se notar é o de os problemas lingüísticos não diferirem tanto de uma escola para outra, pois é possível determinar interesses constantes aos estudiosos da língua, desde séculos. Por exemplo, as *categorias ou partes do discurso, os casos, a interdependência entre semântica e sintaxe* são temas que ocuparam e ocupam lingüistas de qualquer tendência teórica. Outros temas há que são considerados de modo geral como tendo sido objeto de estudos intermitentes, se bem que, como veremos, poder-se-ia tratá-los como recorrentes. São, por exemplo, o *aspecto criativo do uso lingüístico*, a dicotomia entre *estrutura profunda e estrutura superficial*, os *princípios universais do fato lingüístico*, etc., comuns à teoria transformacional desenvolvida em nosso século e às teorias de gramática universal esboçadas nos séculos XVII e XVIII. Essa identificação de interesses se limita, no entanto, aos temas, havendo diver-

gências quanto a *abordagem*, tanto entre diferentes teorias, como dentro de uma única escola lingüística.

Os *universais* lingüísticos foram um tema privilegiado, objeto de inúmeras comunicações e de uma sessão plenária em que relataram GREENBERG, KURYLOWICZ, COSERIU e SEILER. A primeira distinção com que todos concordaram afirma a não-sinonímia entre *universal* e *generalização*, termos outrora considerados equivalentes por certos lingüistas como HOCKETT e outros estruturalistas americanos que tomavam como *universal* toda propriedade ou regularidade comuns, se não a todas, pelo menos a várias línguas. Além de se diferenciar do estudo das generalizações, com o qual tem algo em comum, o estudo dos universais distingue-se também de outros com os quais está intimamente ligado, como os da gramática universal, da aprendizagem das línguas e da tipologia. Esta última é que se ocupa com a comparação das propriedades das línguas naturais e com a descoberta de generalizações.

A fim de se ter uma uniformidade quanto ao que se entende por universais, na primeira sessão de estudo do Congresso, a sessão plenária dedicada aos Universais Lingüísticos, E. COSERIU, lingüista rumeno trabalhando atualmente em Tübingen, na Alemanha, e cuja obra tem grande divulgação no Brasil, propôs a distinção, de acordo com seu *status* lógico, entre cinco tipos de universalidades; a universalidade conceitual, a essencial e a empírica, de um lado, consideradas primárias, e, de outro lado, os universais seletivos e implicativos, tomados como secundários.

A universalidade *conceitual* é virtual e corresponde à possibilidade de qualquer categoria, atestada em alguma língua ou mesmo hipotética, de ser universal. As partes do discurso são exemplo de universais *possíveis* ou *conceituais*, pois são “possibilidades universais da linguagem, independentes de uma língua dada, para serem definíveis e para que se possa eventualmente tratar do problema de sua universalidade racional ou empírica. É, pelo menos, o que se faz constantemente, mesmo se não se tem consciência do fato. Assim, por exemplo, as categorias verbais são universais nesse sentido, e unicamente em virtude desse fato elas são definíveis. Contrariamente ao que se afirmou freqüentemente, não se define o “substantivo em inglês”. (...) Com efeito, com relação a uma língua dada, pode-se unicamente perguntar se uma categoria existe ou não nessa língua e, se ela existe, qual é sua manifestação material (seu comportamento paradigmático e sintagmático). Na reali-

dade, não há diferença lógica entre, por exemplo, a definição da noção de infixo e a de noção de substantivo: as duas noções não podem ser definidas senão universalmente e independentemente de uma língua dada. A diferença que há é substancial, quer dizer, devida à natureza diferente das duas noções: o infixo é um procedimento universal da expressão, enquanto que o substantivo é uma categoria do conteúdo, uma modalidade universal da significação". (COSERIU, E. "Les universaux linguistiques (et les autres)" — Mimeografado, p. 4-5). A *universalidade essencial* constitui uma necessidade racional da língua ou da linguagem. Por exemplo, incluem-se nesse tipo os fatos de a linguagem se apresentar necessariamente sob a forma de línguas, de toda língua ter que se articular em dois planos — o da expressão e o do conteúdo, de toda língua organizar-se gramaticalmente, de toda língua variar diacronicamente, assim como o fato de toda língua distinguir entre as pessoas e a não-pessoa do diálogo etc. A *universalidade empírica*, ou universalidade como generalidade histórica, "é a universalidade das propriedades que se constatarem efetivamente em todas as línguas ou, pelo menos, em todas as línguas conhecidas (e que, neste caso — o que é normal —, se atribui por indução também às línguas que não se conhecem no momento da generalização). Essa generalidade pode ser absoluta ou relativa: ela é relativa (probabilidade preferida), se as propriedades em causa se constatarem, não em todas, mas somente na maioria das línguas conhecidas; entretanto, do ponto de vista teórico, não há diferença entre esses dois tipos. Em oposição, a universalidade essencial é sempre absoluta no nível em que ela é necessária". (id., p. 3).

Os universais secundários são derivados da combinação dos tipos primários. Os *seletivos* combinam possibilidade e generalidade, pois toda língua estabelece uma escolha dentro do quadro geral das possibilidades num nível dado. Enquadram-se nesse tipo os traços pertinentes fônicos e os procedimentos de formação de palavras (prefixo, infixo, sufixo, etc.). Os *implícitos* combinam possibilidade e necessidade. Podem ser eles *teóricos*, isto é, deduzidos por meio da análise conceitual das possibilidades consideradas, ou *empíricos*, isto é, constatados.

Entre outras distinções destes tipos de universais, insistiu COSERIU sobre a não coincidência entre universais da linguagem e universais da lingüística: "Os universais da linguagem são propriedades da própria linguagem, que podem ser apreendidas e identificadas pela lingüística, enquanto que os universais da lingüística são propriedades da lingüística que se

justificam somente nesse nível, por exigência de ordem interna da lingüística como ciência” (id., p. 14). Os universais lingüísticos devem então ser, segundo o autor, procurados na própria linguagem ou em suas manifestações, nunca na lingüística, ou na realidade designada, nem num pensamento universal.

Esse interesse atual com relação aos universais prende-se, em parte, ao fato de os teóricos da gramática gerativo-transformacional enfatizarem seu estudo. Sendo eles, de um certo modo, continuadores das pesquisas mentalistas delineadas nos séculos XVII e XVIII que se propunham elaborar uma gramática universal, não é surpreendente que se ocupem desses problemas. No entanto, não é tarefa fácil determinar o *status* dessa noção dentro das diferentes versões da teoria transformacional. Em *Aspects of the Theory of Syntax* (Cambridge, M.I.T. Press, 1965, (Cap. 1, § 5), Chomsky distingue os universais formais (*formal universals*) e de conteúdo (*substantive universals*). Estes são unidades fonológicas, sintáticas e semânticas, susceptíveis de serem definidas independentemente de sua ocorrência nas línguas particulares. São universais de conteúdo, por exemplo, os traços fonológicos distintivos, dentre os quais cada língua faz sua escolha de certo número; as categorias sintáticas do substantivo, do verbo, do passado, etc., as quais são em número limitado e não são manifestadas necessariamente em seu número total por uma dada língua; o fato semântico de toda língua ter de conter ‘termos que designam as pessoas ou elementos lexicais reenviando a certa espécie particulares de objetos, de sentimentos, de comportamento, etc.’ (id., p. 28). Os traços como *animado*, *humano*, que são sintáticos se contribuem para a gramaticalidade do enunciado, são ainda exemplos de universais de conteúdo. Já o outro tipo de universal — os universais formais —, é de nível mais abstrato. Correspondem eles aos princípios gerais que determinam a forma das regras e a maneira de sua operação nas gramáticas das línguas particulares. O fato de as transformações, que se aplicam a várias estruturas, serem ‘invariavelmente *dependentes da estrutura* no sentido de que se aplicam a uma seqüência de palavras em virtude da organização dessas palavras em frases’ (Chomsky, *Language and Mind*, New York, Harcourt, Brace & World, 1968, p. 51) é um exemplo de universal formal.

Por outro lado, para Chomsky, a *criatividade*, aspecto que todas as línguas possíveis têm em comum, é um importante traço universal da linguagem. Toda criança nasce com predisposição para aprender qualquer língua e desenvolve sua tendência criativa da língua nativa, que o capacita a produzir e

entender as frases que nunca ouviu antes. O processo de aquisição da linguagem seria único, diferindo de qualquer outro processo cognitivo, e os mecanismos da aprendizagem de uma língua seriam inatos aos seres humanos. Aí teríamos os universais atribuídos à criança, que, assim, contribuiriam ao processo de aprendizagem.

Esses diferentes tipos de universais são no entanto, quase totalmente, mas nem sempre, enquadráveis na distinção proposta por COSERIU: os princípios da gramática universal relativos à aprendizagem da língua, incluindo o aspecto criativo da linguagem, não têm paralelo na distinção de Coseriu, sendo parte do mecanismo inato; os universais de conteúdo fonológicos equivaleriam aos universais seletivos, pois constituem uma escolha dentro de um conjunto de possibilidades, os semânticos poderiam corresponder aos conceituais ou possíveis quando se tratasse de traços semânticos e aos essenciais quando se tratasse da designação pelas diferentes línguas de entidades extra-lingüísticas como as pessoas, os sentimentos, os comportamentos, etc, e os sintáticos teriam correspondência com os possíveis, quer se tratasse de categorias, quer de traços, pois constituem, ambos, possibilidades de manifestação, por uma língua dada (conhecida ou desconhecida) de unidade definíveis no nível da linguagem. Só os universais formais pertencentes à metateoria lingüística e não à linguagem, não encontrariam correspondência na divisão de COSERIU.

Talvez um dos temas lingüísticos recorrentes mais debatidos nestes últimos tempos seja o das *categorias* ou *partes do discurso*. Atualmente, em decorrência de posição tomada pelos adeptos da *semântica gerativa* (corrente transformacionalista que difere das tendências teorizadas por Chomsky em diferentes pontos como (1) qual o componente gerador da gramática (que Chamoky julga uma questão não interessante, pois não pode ser verificado o empiricamente no momento) (2) qual o *status* da estrutura profunda, (3) papel das transformações com relação ao sentido da frase), tentou-se uma simplificação das estruturas profundas, a partir da aceitação do fato de que as diferentes partes do discurso tradicionais seriam superficiais, isto é, pertenceriam ao nível da estrutura superficial, e da tentativa de determinação das que pertenceriam ao nível subjacente ou profundo. As estruturas profundas, em conseqüência, pareceriam com representações lógicas. Assim, orações como *João partiu* e *João é um homem* seriam representadas *grosso modo* como *partir (João)* e *homem (João)*. Os advérbios seriam derivados de predicados de orações, mais altas' e não seriam

constituintes na estrutura profunda. Em outras palavras, em vez de se ter um advérbio na estrutura profunda da oração em que ele aparece, ter-se-ia um verbo subjacente e pertencente ao sintagma verbal de outra oração mais alta que esta oração. Os auxiliares seriam eliminados da estrutura profunda como tais (há similaridade entre seu comportamento e o dos verbos principais), assim como os adjetivos (que se assemelham aos verbos), as preposições (que se aparentam com os verbos). Restariam as categorias *Oração*, *Sintagma nominal* e *Verbo*.

Nessa linha de idéias, foram apresentadas várias comunicações, entre elas a de R.C. De ARMOND, "Generative semantics versus generative syntax: verbs and nouns derived from adjectives"; a de I. RAUCH, "Were verbs in fact noun subsidiaries?"; a de C.L. BAKER, "Nouns and deep structure"; a de D. PARISI e A. PUGLIELLI, "Hopping adverbs"; a de A. BAMGOSE, "On the derivation of adverbs from higher sentences".

De ARMOND faz uma tentativa de incluir numa só abordagem os pontos de vista da semântica gerativa e da teoria interpretativa. Com esse objetivo, analisa ele as frases inglesas (1) *The soup is thick* (A sopa está grossa), (2) *The soup thickens* (A sopa engrossa), (3) *The cook thickens the soup* (O cozinheiro engrossa a sopa), (4) *The thickness of the soup astonished the cook* (A consistência espessa da sopa espantou o cozinheiro) e suas correspondentes russas, utilizando os Casos de Fillmore. Depois de determinadas as suas respectivas estruturas profundas, determinou o conferencista os traços que constariam do léxico, a saber:

/Oik/	(/en/),	(/ness/)
+Adj	+Af	+Af
	+V	+N
	±trans	

onde () = opcional (quando o sufixo não é opcional, como em *agression*, o sufixo, *-ion* no caso, não deve vir entre parênteses no léxico), Af = Afixo, Adj = adjetivo, V = Verbo, N = Substantivo, Trans = Transitivo. Além desses traços sintáticos, alguns semânticos seriam incluídos, como o fato de "*-en*, por exemplo, indicar que forma um verbo sintaticamente, o que indica que muda de estado, se intransitivo, ou causa uma mudança de estado, se transitivo. Os traços de CAUSA e INCOATIVO' podem ser propostos para governar essas funções nos afixos" (Provas das Atas do 11.º Congresso Internacional dos Linguístas [*Proceedings of the 11th International Con-*

gress of Linguists] (doravante só *Proceedings*), p. 230). Essas observações são também pertinentes para o português, feitas as necessárias adaptações: *grosso/a* seriam os abjetivos, aos quais acrescentar-se-iam os afixos *-en* e *-ar* para se obter um verbo, de emprego intransitivo com sentido de mudança de estado e de emprego transitivo com sentido de causa de mudança de estado.

C. L. BAKER tratou da insuficiência da distinção entre verbos de um lado e adjetivos e substantivos de outro, a qual se baseia na característica daqueles de necessitarem de um apagamento de uma preposição subjacente: *John likes Susan* versus *John is fond of Susan* ou *John is a friend of Susan*. Afirmou que o comportamento dos sintagmas nominais não poderá ser descrito através desse meio e sugeriu a exigência de pelo menos um substantivo em cada sintagma nominal, restrição que deverá ser expressa antes da aplicação das regras anafóricas, ao contrário do que acontecia em trabalhos gerativos anteriores, em que a restrição era expressa nas regras de estrutura frasal que formavam sintagmas nominais.

D. PARISI e A. PUPLIELLI justificaram a distinção entre dois tipos de advérbios, os advérbios oracionais tal como *provavelmente* e os advérbios não-oracionais como *rapidamente*, através de seu comportamento diferente evidenciado por três critérios: prosódico, da negação e da ênfase. *Não*, do mesmo modo que *provavelmente*, é considerado um advérbio oracional, isto é, uma modalidade de asserção. A análise fez intervir as noções de *performativos* e de *pressuposição* que abordaremos adiante.

A. BAMGBOSE examinou a análise dos advérbios como derivados de predicados de orações mais altas e concluiu ser "uma incorreta generalização representar advérbios na estrutura subjacente como vindo somente de orações mais altas" (*Proceedings*, p. 311). As razões para derivar os advérbios de predicados são (1) a existência de orações contendo adjetivos que são paráfrases de orações contendo advérbios, (2) a negação, (3) a interrogação, (4) o imperativo, (5) a pronominalização. Revendo cada um desses critérios, Bamgbose evidenciou suas insuficiências pelo fato de não se aplicarem a todos os advérbios. Desse modo, depreendeu que só parte dos advérbios pode ser tomada como vindo de orações mais altas, devendo haver outro tipo de análise para os outros advérbios.

A noção de *caso*, como frisamos, é também um dos temas constantes da teoria lingüística. Analisada por Aristóteles e

pelos Estóicos, tendo sido usada por esses para a identificação dos substantivos e adjetivos, pronomes e artigo definido, foi retomada por Hjelmstev, que em 1935 publicou um estudo “*A categoria do caso*, e, em nossos dias, é tema de controvérsias entre os que propõem sua inclusão como categoria da estrutura profunda (FILLMORE, 1968) e aqueles que preferem não lidar com tal noção.

R. H. ROBINS apresentou uma comunicação em que situou, com relação às demais contribuições sobre essa categoria, a teoria do caso de Maximus Planudes, monje bizantino e estudioso que viveu provavelmente de 1260 a 1310. Mostrou ele que parte o estudioso bizantino de uma divisão semântica bipartida relativa à *locação* e ao *movimento* e “atribui aos três casos oblíquos gregos de modo que em suas mais básicas distinções de aproximação, posição estática e separação é exaustivamente dividida entre eles. É admitido que todos os outros, não-espaciais, sentidos das formas oblíquas são deriváveis por transferência metafórica de uma ou outra dessas distinções básicas”. (*Proceedings*, p. 49). Para o tratamento dos casos oblíquos gregos foram usados os advérbios interrogativos de lugar como critério. Como bem o frisou ROBINS, dir-se-ia hoje, então, que o estudo de Maximus versou sobre os vocábulos “wh-question” do grego.

Outras conferências, como a de S. STAROSTA sobre “Case in the lexicon”, centraram-se no aspecto atual do problema. Depois de estabelecer dois tipos de categorias de caso, *relações de caso* e *formas de caso*, sendo aquelas as “relações gramaticais contraídas pelos substantivos que expressam a natureza de sua ‘participação’ no ‘processo’ ou ‘estado’ representado na oração (ou sintagma nominal)” (ANDERSEN, J. M. *The Grammar of Case: Towards a Localistic Theory*. Cambridge University Press, 1971, p. 10), isto é, relações tais como *agentivo*, *instrumental*, *locativo*, etc. e estas as classes do *nominativo*, *acusativo*, *genitivo*, *locativo*, *ablativo*, etc., STAROSTA descreve uma gramática *do caso* e *gerativa*, simultaneamente: seu léxico conteria um inventário das unidades de realização dos casos assim como das relações de caso; seu componente de base conteria um subcomponente de constituinte estrutural, que conteria somente constituintes sintáticos e que trataria traços como *tempo*, *auxiliar*, *pergunta*, *imperativo*, etc., como traços de itens lexicais. Toda a representação sintática seria gerada diretamente por este componente, de onde: (1) a não-necessidade de um nível distinto para a estrutura profunda ou para as transformações que unem a estrutura

profunda à superficial; (2) a inserção lexical no nível da representação sintática superficial.

Tanto as relações de caso quanto as formas de caso seriam representadas como traços dos substantivos e das preposições e “atribuídas aos itens lexicais por regras de redundância lexical, com as relações de caso sendo representadas em formas de caso. Essa abordagem tem certas semelhanças com o tratamento tradicional do caso, no qual casos são identificados de acordo com a forma superficial e a função semântica, isso dando origem a termos como ‘dativo do agente pessoal’, etc.” (*Proceedings*, p. 1098).

Passaremos agora a dar uma visão de problemática ligada à teoria gerativo-transformacional, cujo quadro formal impõe certas restrições à descrição, o que leva a estudos de interesse quase que exclusivo para os adeptos da teoria ou para seus simpatizantes. Deixaremos de lado o problema das inserções lexicais, o da ordenação das regras, o do *status* dos verbos abstratos postulados pelos semanticistas gerativistas, entre outros, todos igualmente de destaque, e, em virtude das limitações de espaço, concentrar-nos-emos exclusivamente na questão da distinção entre dois níveis — o da *estrutura profunda* e da *estrutura superficial* que foi largamente debatida em reuniões do Congresso e que tem sido uma das noções mais discutidas da teoria gerativa.

Houve os que salientaram o fato de essa categoria não constituir uma criação da teoria transformacional, pois já vem do tempo da lingüística cartesiana, tendo também permanecido em obras de filósofos modernos, como L. WITTGENSTEIN, e de linguistas posteriores a HUMBOLDT, como O. JESPERSEN, I. I. MESHANINOV, B. WHORF, A. MARTY, cuja idéia sobre as *categorias nocionais* se aproxima da atual noção de estrutura profunda. A. MARTY, por exemplo, assim expressou o objetivo de sua investigação: “. . . As one may speak about scientific descriptive grammar of particular language, one may then also speak about universal grammar which register common features and elements of all the forms of human speech in the precise way. And the fact that the latter may be discovered everywhere in spite of all the particularities is warranted by identity of the content that is to be expressed as well as by common means and common ways man has for expression due to equal abilities and psychophysiological organization” (A. MARTY, *Über Begriff und Methode der allgemeinen Grammatik und Sprachphilosophie*, “Gesammelte Schriften”, II. Band, 2. Abteilung, Halle (Saale), 1920, p. 133).

Estranharam eles, no entanto, ser a referência à presença desse conceito em obras modernas, posteriores a HUMBOLDT, muito breve dentro da teoria gerativa, concluindo que esse fato de, apesar de ter tomado primeiramente as noções de estrutura profunda e estrutura superficial de HOCKETT, como ele próprio explicita em *Current Trends in Linguistics Theory* (Haia, Mouton, 1967, p. 30), Chomsky — e também seus seguidores — enfatizar as origens da noção de estrutura profunda, e mais amplamente, de toda a teoria gerativa, na lingüística cartesiana leva à dedução da necessidade dessa herança para a compreensão da noção de estrutura profunda na teoria atual. Cabe lembrar aqui que Chomsky, em “Current Issues in Linguistic Theory” (In J. A. FODOR e J. J. KATZ (eds.) *The Structure of Language*. Englewood Cliffs, New Jersey, Prentice-Hall, 1964, p. 50-118), também observa a coincidência entre esta noção e a de Humboldt e outros. Entretanto, há fatos que não podem ser esquecidos. a estrutura profunda de Chomsky é o nível *após* a inserção lexical e *antes* da aplicação de qualquer transformação. Esta é uma questão empírica. O nível pode ser falsificado se se provar que a inserção lexical deve ocorrer depois de uma transformação. Esta preocupação de levar os fatos para o campo empírico ninguém teve antes de Chomsky.

Chegou-se, em várias conferências, à formulação de três perguntas sobre a natureza da estrutura profunda, explicitadas da seguinte maneira por W. A. ZVEGINITSEV em seu trabalho “The notion of deep structure in linguistic theory”: (1) A estrutura profunda pertence à linguagem ou ao pensamento e em que termos deve ela ser definida então?; (2) A estrutura profunda é uma categoria universal?; (3) O que é útil na categoria de estrutura profunda para a teoria lingüística?

A resposta de W. A. ZVEGINITSEV à primeira pergunta é que essa noção pertence à *linguagem*, daí o fato de ela ser descrita em termos de *teoria lingüística*. Para chegar a essa conclusão, o conferencista russo partiu da própria definição da teoria lingüística segundo Chomsky: a teoria gerativa é uma teoria da competência lingüística, isto é, “um sistema abstrato fundamentando o desempenho, sistema constituído por leis que concorrem para determinar a forma e o sentido intrínseco de um número potencialmente infinito de frases” (Chomsky, N. *Language and Mind*, p. 62). Então, prossegue o professor russo, o conhecimento do sistema abstrato de regras “é a base do desempenho lingüístico, a qual é apropriada às exigências da situação e aos programas comunicacionais, mas esses são, en-

tretanto, completamente excluídos do interior da teoria. Em outras palavras, a teoria gerativa interessa-se somente pela estrutura abstrata do mecanismo que torna possível a comunicação oral” (*Proceedings*, p. 854), negligenciando o uso real que se faz do sistema, o que é uma crítica não à gramática gerativo-transformacional mas sim a todas as teorias lingüísticas visto que ninguém pode dizer que possui uma teoria articulada de “uso da linguagem”. Ora, se a estrutura profunda está incluída no sistema abstrato de regras, então só pode pertencer à linguagem, já que o sistema abstrato de regras é visto como linguagem.

Com relação a este esquema da gramática, o autor da comunicação depreendeu, entretanto, algumas contradições: (1) “a gramática gerativa não é, efetivamente, uma teoria da linguagem (ou da competência lingüística), mas, antes, uma teoria da frase (posição que poderia ser rebatida com outro paralelo com a Física: a Física é uma ciência que examinou apenas alguns espécimens. Logo, é ela uma ciência dos espécimens analisados e não a ciência geral que é), tal como todas as regras abstratas constituindo suas bases são orientadas para a oração, e quando a expressão estrutura profunda é mencionada o que se quer afirmar é de novo a estrutura profunda de uma frase. Mas a frase é uma unidade da fala, isto é, ela depende consideravelmente dos fatores que estão além dos limites da teoria gerativa. Mesmo se se levassem em conta todas as condições para obtenção do que a teoria gerativa trata somente com uma classe definida (“gramatical”) de frases, a dita contradição não seria eliminada, embora tomasse uma nova forma. A frase sempre foi correlacionada com o pensamento, e o fato de que a teoria gerativa nada tenha feito sem essa correlação tampouco é atestada pela sua prática. Já que a teoria gerativa é uma teoria da frase, não pode ser limitada às categorias lingüísticas características” (*Proceedings*, p. 854); (2) “Embora a estrutura profunda seja tratada como um componente de um sistema abstrato de regras, isto é, como um componente da competência lingüística, ao mesmo tempo ela é definida como presente no espírito. [E, confundindo gramática gerativa com o modelo de produção da fala, continua ele]. Ela claramente precede a formação de uma frase no nível da estrutura superficial, mas, por outro lado, ela é determinada pelos traços estruturais que se fixam na estrutura superficial e que são imputados (operações transformacionais sendo levadas em consideração) à influência da estru-

tura profunda da determinada frase, recorre-se à noção lógica de preposição, o que equivaleria a considerar a estrutura superficial de uma frase como equivalente à estrutura morfofônica da frase, enquanto que a estrutura profunda seria equivalente à estrutura lógica da frase, “o que não está de acordo com as posteriores representações com uma base para as mais abstratas regras lingüísticas determinadoras da forma de uma frase” (*Proceedings*, p. 854). Entre outros casos, notou o autor que, já que Chomsky afirma pertencer a lingüística ao estudo mais geral da psicologia cognitiva, com base no fato de a habilidade falante de gerar um número infinito de frases ser tratada como tendo fundamento psicológico ter-se-á que considerar duas possibilidades de definir a estrutura profunda, uma em termos psicológicos e outra como um componente da metalinguagem abstrata, e sendo que, no caso desta última possibilidade, a estrutura profunda só poderá ser testada empiricamente na linguagem, o que é óbvio.

E VASILIU, da Universidade de Bucareste, prefere colocar a distinção *estrutura profunda/estrutura superficial* como uma forma particular da distinção mais geral entre “conceitos teóricos” e “fatos”, questionando outra forma de colocação para o problema: “A dificuldade surge somente quando o conceito de estrutura profunda”, como é definido dentro da teoria transformacional, é considerado como referindo-se a alguma misteriosa entidade atualmente *existindo* em algum lugar, de algum modo.

“Essa visão desencaminhadora ocasiona toda uma série de pseudo-problemas. O primeiro deles seria exatamente o questionamento da *existência* de “estrutura profunda”. Se a resposta é negativa, então porque usam eles tal conceito? Se a resposta é afirmativa, então *onde* fica a “estrutura profunda” localizada? Fica ela contida em alguma língua do mesmo modo que a semente fica contida em algum fruto? Ou existe ela em nossa mente? Se a “estrutura profunda” existe em alguma parte e é relacionada por transformações com a “estrutura superficial”, então qualquer teoria lingüística que não diz nada a respeito da “estrutura profunda é necessariamente “menos poderosa” que a teoria transformacional, etc. etc.” (*Proceedings*, p. 886). Com relação a essa última observação faz-se necessário esclarecer que a questão empírica (não filosófica) que se põe é a seguinte: as teorias que consideravam apenas o nível de estrutura superficial foram contestadas empiricamente e demonstrou-se que essas deficiências empíricas eram superadas por uma teoria que considerasse também um nível

mais abstrato de estrutura profunda. Desse ponto de vista, pode-se afirmar que o conferencista colocou mal sua questão.

Quanto à segunda pergunta, referente ao caráter universal da noção de estrutura profunda, depois de observar que toda teoria das categorias nacionais parte do princípio de que há características partilhadas por todas as línguas, entre elas as ategorias, ZVEGINTSEV perguntou se, na gramática gerativa, a estrutura profunda poderia ser considerada como um *universal formal*, no sentido em que usamos a expressão quando tratamos dos universais. Ora, continua o lingüista russo, se “o sistema de categorias da estrutura profunda é, de fato, orientado para uma língua particular com “as regras de gramaticalidade” idiossincráticas para essa língua” (id., p. 586), então essa categoria não pode ser universal, ao contrário do que se costuma afirmar. Em consequência, se essas afirmações são verdadeiras, tampouco poder-se-ia definir a estrutura profunda em termos de lógica ou descrevê-la em termos de proposição. No entanto, observa-se que para chegar a essa conclusão, ter-se-ia também que negar a existência de transformações nas línguas. Pois, se há transformações então teremos pelo menos dois estágios: (1) um antes da regra de transformação; (2) outro depois da aplicação da regra. (1) Seria a estrutura profunda. Note-se que mesmo a semântica gerativa não discorda do fato de haver estrutura profunda, havendo discordância unicamente com relação ao tipo de estrutura profunda, proposto por Chomsky, considerado inadequado.

H. BIRNBAUM, em sua comunicação “How deep is deep structure”, afirmou não ser universal a categoria de estrutura profunda: “A existência da universalidade ou quase universalidade da estrutura profunda estabelecida pela chomskiana (e parcialmente também pós-chomskiana) gramática transformacional não pode de fato ser sustentada. Antes, é proposto que a estrutura profunda seja concebida como multi-estratificada, isto é, como consistindo de várias camadas ordenando variados graus de profundidade “semântica” (*Proceedings*, p. 863). Propõe BIRNBAUM a “tripartição da estrutura profunda em três camadas (ou, antes, três conjuntos de camadas), a saber, (i) ‘infra-estrutura’ da língua específica, (ii) estrutura profunda tipológica (incluindo, para maior segurança, a variedade de camadas de estrutura profunda correspondente aos tipos de línguas particulares, cujas características restam a ser definidas) e (iii) ‘estrutura profunda universal’”, (id. p. 867), sendo que as duas primeiras camadas, não-universais, já tinham sido, como salientou o conferencista, delineadas

na hipótese de SAPIR-WHORF da relatividade lingüística, e esta última, a camada universal, traçada por KOSCHMIEDER, que distinguiu um nível *constante*, observável em toda a língua, — DAS GEMEINTE, oposto ao conceito de DAS BEZEICHNETE, variável de língua para língua e segundo o tipo de língua (KOSCHMIEDER, E. *Beiträge zur allgemeinen Syntax*. Heidelberg, Carl Winter Universitätsverlag, 1965).

Relativamente à sua terceira pergunta, que se refere ao papel da estrutura profunda na teoria lingüística, ZVEGINTEV concluiu não ser essa realidade nem lingüística nem psicológica, mas sim “um instrumento operacional que assume, na teoria, certas funções” (id., p. 586), objeção contra a qual se poderia argumentar, de novo, com um paralelismo com a Física, através da noção de *átomo*, por exemplo.

Como já frisamos, um certo número de conferências centrou-se na caracterização lógica das estruturas profundas. Entre elas destacou-se, pelo brilhantismo como foi apresentada, a de E. KEENAN, lingüista e lógico inglês, que focalizou o problema da estrutura lógica das orações relativas, propondo que seja ela considerada como consistindo “de uma sintagma nominal e uma oração que contém uma referência pronominal ao núcleo do sintagma nominal” (id., p. 882), ao contrário da abordagem corrente na teoria gerativa, que não exige “uma repetição do núcleo do sintagma nominal mas somente de seu índice pronominal (a repetição de todo o sintagma nominal poderia não esclarecer a distinção entre (3) e (4)” (id., p. 872). Estas orações são:

“(3) Every student who was surprised that he passed the exam

(4) Every student who was surprised that every student passed the exam

(3) especifica um grupo de estudantes acerca de quem (1) é verdadeira, enquanto que (4) especifica um grupo acerca do qual (2) é verdadeira, e as condições de verdade de (1) e (2) são diferentes. Então, a *diferença* na forma lógica de (3) e (4) é essencialmente a mesma a entre (1) e (2)” (id., p. 870). (1) e (2) são as seguintes orações:

(1) Every student was surprised the he passed the exam,
(2) Every student was surprised every student passed the exam,

logicamente distintas: “Imagine-se, por exemplo, a seguinte situação plausível: Cada estudante faz e passa o exame; cada

estudante confia em passar mas sabe que é comum para uma fixa percentagem das pessoas fazendo o exame não passar. Em tal situação (1) pode facilmente ser falsa, mas (2) verdadeira” (id., p. 870).

Terminada essa revista de tratamento recebido pela categoria de estrutura profunda, voltemos agora nossa atenção para os conceitos de enunciado performativo e de pressuposição lingüística.

A noção de enunciado performativo, em oposição ao de enunciado conotativo, foi introduzida pelos teóricos da filosofia analítica e adotada, com revisão, por lingüistas franceses como O. DUCROT, e pelos lingüistas semanticistas gerativistas. Segundo Austin, os exemplos seguintes seriam constativos:

*João foi passear,
Maria ainda não leu o livro,
João é preguiçoso,*

pois relatariam um fato ou ação independente de sua enunciação, enquanto que os abaixo seriam performativos:

*Prometo que irei,
Batizo este navio Liberdade,
Juro dizer a verdade e somente a verdade,*

pois sua enunciação realizaria a ação.

Partindo da noção elaborada por Austin, os semanticistas gerativistas propõem que se considere a existência de um verbo performativo em toda estrutura profunda de frases simples, o que equivale a negar a oposição constantivo/performativo e a postular a existência unicamente destes últimos enunciados. Sobre este tema, P. MENZEL apresentou o estudo “Sentence types and semantic information”.

Um outro conceito oriundo de trabalho dos filósofos ingleses é o de pressuposição que corresponde aos elementos semânticos não formulados expressamente na oração mas presentes nela, o que é comprovado pelos testes da interrogação e da negação, entre outros, que conservam esses elementos. Assim, em *É Alberto que está dançando*, tem-se como pressuposição *Alguém dança*, também presente em *É Alberto que não está dançando* e *Será que é Alberto que está dançando?* Teve a comunicação do lingüista polonês R. ZUBER o objetivo de provar que as restrições que agem sobre os constituintes marcados pressuposicionalmente são as mesmas que se aplicam às transformações. Observou também o autor que, depois de ter sofrido uma transformação, o conjunto de pressuposições associáveis a

uma frase não é o mesmo de antes. Isso levou-o a concluir que, de um certo modo, as transformações alteram o sentido, fato já evidenciado muito anteriormente por vários lingüistas transformacionistas.

Outras posições ainda se induzem do total das comunicações apresentadas como a da ênfatização da necessidade de se ir além da frase e de se levar em conta a situação na análise lingüística.

Não abordaremos aqui os temas ligados às ciências afins da lingüística, como a sociolingüística, a psicolingüística, a antropologia lingüística, a tipologia lingüística, e ainda outros assuntos mais, de grande interesse atual, pela exigüidade de espaço, como salientamos, e para não sobrecarregar a exposição, já bastante longa, mas reconhecendo que são temas tão importantes quanto os de que aqui tratamos. O leitor desejoso de maiores informações sobre os temas apresentados e de dados sobre os omitidos, remetemo-lo à leitura das *Antas do Congresso*, aqui não completamente comentadas.

Finalizando, lastimamos a não representatividade do Brasil neste Congresso de Bolonha. A única comunicação brasileira, a de CILIA PEREIRA LEITE (Madre Olívia, de São Paulo, não retrata, nem parcialmente, os trabalhos lingüísticos levados a efeito em nosso país. Uma maior e melhor representação dos estudos lingüísticos empreendidos no Brasil, é o que esperamos presenciar nos próximos Congressos Internacionais de Lingüística.